

## **Canal Energia - 06/09/2013**

### **MP 579: um ano do 11/09 do setor elétrico**

[http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Reportagem\\_Especial.asp?id=97289](http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Reportagem_Especial.asp?id=97289)

*Um ano depois, a medida mais polêmica desde a reformulação do marco regulatório em 2004 é avaliada negativamente pelos agentes do setor que apontam a perda da autossuficiência das concessionárias*

Mauricio Godoi, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Reportagem Especial

"Vou ter o prazer de anunciar a mais forte redução que se tem notícia neste país, nas tarifas de energia elétrica das indústrias e dos consumidores domésticos. A medida vai entrar em vigor no início de 2013. A partir daí, todos os consumidores terão sua tarifa de energia elétrica reduzida. Ou seja, a sua conta de luz vai ficar mais barata.

Os consumidores residenciais terão uma redução média de 16,2%. A redução para o setor produtivo vai chegar a 28% (...)." Foi, literalmente, com essas palavras que a presidente da República, Dilma Rousseff deu início à série de mudanças regulatórias que completam um ano esta semana por meio do pronunciamento oficial do 7 de setembro do ano passado.

Quatro dias depois, no chamado 11 de setembro do setor elétrico, o mercado conheceria a MP 579, que se transformou, posteriormente na lei 12.783 e cuja meta primária era a de reduzir a tarifa de energia, mas que teve como consequências secundárias uma série de outros ajustes em função do descontentamento do setor como um todo. Esse descontentamento refletiu-se no valor de mercado das empresas, na busca por liminares na Justiça, no ambiente de contratação livre e até mesmo nos leilões de energia nova promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Agora, um ano depois o mercado faz o balanço do que mudou neste segmento da infraestrutura e as opiniões são divergentes quanto ao benefício que a nova lei trouxe ao Brasil. Uma grande parte dessa análise tem como base o problema da falta de chuvas no Brasil que levou ao despacho de térmicas de custos de operação acima de R\$ 1 mil por MWh no auge da crise e que tem gerado um custo adicional aos cofres públicos. Uma outra parcela aponta que os custos da energia foram cortados na sua base e que se não fosse esse aspecto a energia estaria 20% mais elevada, uma terceira acredita que o erro é grave e que o setor elétrico deixou de ser autossustentável e passou a depender estreitamente do governo federal e dos aportes do Tesouro Nacional.

O impacto mais sentido logo de início foi a reação negativa no mercado de capitais, quando as ações das empresas mais afetadas pela medida simplesmente despencaram com o anúncio dos termos da MP e depois com o valor da indenização. Nestes 12 meses as ações ordinárias da Eletrobras, (ELET3), que em 4 de setembro do ano passado estavam cotadas a R\$ 13,09 encerraram o mesmo dia desse ano ao valor de R\$ 5,26, já os papéis preferenciais (ELET6) variaram de R\$ 18,63 para R\$ 9,55, um recuo de 48,74%. A estatal federal era a companhia com o

maior número de ativos que seriam enquadrados pela MP. Já o cenário de mercado para as companhias que aceitaram parcialmente a prorrogação das concessões não foi muito diferente. Empresas como a Copel e Cemig também tiveram redução no valor de suas ações, 17,48% e 47,22%, respectivamente. A Cteep que aceitou os termos não fugiu à regra e teve recuo de 27,87%. A Cesp, que não aceitou os termos da MP perdeu cerca de 30% de valor de suas ações preferenciais.

De acordo com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, independente do que ocorreu no setor elétrico a mudança foi estrutural. Segundo ele, a tarifa de energia elétrica hoje estaria em um patamar 20% mais alto se não houvesse sido implementada a redução. Em sua avaliação a questão da geração térmica adicional e que é o motivo de reclamações e críticas por parte de agentes diversos não pode ser atribuída ao pacote de redução porque é um fator conjuntural e que dependem do regime de chuvas, uma característica intrínseca de qualquer sistema que tem a hidroeletricidade em base de geração.

Essa diferenciação entre o que é conjuntural e estrutural é classificada pelo presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales como uma simplificação imprópria da MP 579 e as suas medidas adicionais. Para ele não dá para separar uma medida como a que estabeleceu a renovação das concessões antecipada e as demais que instituíram, por exemplo, o rateio do custo das térmicas para todos os agentes.

### **Energia estaria 20% mais cara Maurício Tolmasquim, da EPE**

"O balanço que fazemos é extremamente negativo. O setor elétrico é muito complexo e não há mudança que não interfira de maneira diferente nos inúmeros elos da cadeia", analisou ele. Sales lembrou que o novo marco regulatório do próprio setor elétrico, de 2004, foi um bom exemplo de como as coisas devem ser conduzidas, com negociações, conversas e discussões acerca de um tema tão complexo e que, em suas palavras, consagrou a prática da transparência. "A MP 579 corrompeu toda essa prática de maneira desastrosa, esse é um aniversário de tristeza diante do estado que foi jogado o setor elétrico, que não é mais sustentável", disparou.

A falta da sustentabilidade apontada pelo executivo está baseada no fato de que a CDE está financiando o consumo de energia por meio de repasse de recursos para cobrir o despacho que ocorre, mais intensamente, desde outubro de 2012. Sales lembrou que esses valores entrarão na conta das distribuidoras - e dos consumidores - que deverão devolver ao Tesouro na forma de tarifa em cinco anos e que pode alcançar até R\$ 15 bilhões ao ano.

Para consultores e especialistas ouvidos pela Agência CanalEnergia, a questão nevrálgica na antecipação da renovação das concessões está na parte financeira. As empresas que aceitaram os termos estabelecidos pelo governo tiveram uma drástica redução de receita. O governo precisa bancar uma parte dos recursos por meio do Tesouro Nacional e, mesmo assim, as tarifas não recuaram tanto assim para o consumidor, dependendo da região.

Tolmasquim defende que as variações conjunturais fazem parte do sistema elétrico nacional e que as tarifas tendem a variar normalmente no Brasil. O discurso do governo federal é de que deve-se separar o que é conjuntural (o momento hidrológico) do estrutural (MP 579). Contudo, especialistas divergem dessa posição.

"Esse é talvez o pano de fundo mais importante e complicado porque as mudanças regulatórias não têm somente uma dimensão setorial na medida que o Tesouro Nacional passou a fazer parte da equação do funding do setor elétrico. O fluxo de caixa das empresas não fecha se não tiver uma forte participação do governo, com isso podemos dizer que passou de uma medida setorial para ser diretamente ligada à política fiscal", analisou o consultor Eduardo José Bernini, fundador da Tempo Giusto e que é ex-presidente da AES Eletropaulo.

### **Setor elétrico deixou de ser autossuficiente **Claudio Sales, do Acende Brasil****

Por sua vez, João Carlos Mello, da Thymos Energia, lembra que a lei indicava para a devolução dos ativos à União. Porém, a antecipação da renovação foi tomada sem um debate mais aprofundado. Esse assunto era previsto que poderia acontecer e as discussões sobre o modelo deveriam ter sido iniciadas há mais tempo para evitar o estresse que o setor tem vivido atualmente. Mello concorda que o maior impacto visto foi o financeiro, tanto que as empresas mais envolvidas na MP 579 estão tendo que rever custos, realizar PDVs e tomar medidas diversas para conter os custos e readequar a receita à nova realidade de receita. A exceção nesse caso foi a Cteep que apesar de ter uma redução de quase 60% na sua receita, de acordo com os últimos resultados divulgados, referentes ao segundo trimestre deste ano, diz não ter identificado a necessidade de reduzir seu quadro de pessoal. Aliás, a questão da transmissão é um quadro à parte e assim como a distribuição ainda espera regras para a medida de um ano atrás. Mello diz que o próximo passo mais importante para a série de mudanças que vieram na esteira da MP 579 é a compensação pelos ativos pré-maio de 2000 e que não estariam incluídas inicialmente no cálculo de indenizações do governo federal, fato que foi reconsiderado por meio da MP 591, de maio de 2013.

"Não podemos ter nessas regras, novas surpresas para garantir que os investidores continuem aportando seus recursos no setor elétrico nacional", afirmou.

### **Antecipação da renovação não teve debate aprofundado **João Carlos Mello, da Thymos****

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, Flávio Neiva, é otimista quanto ao cenário para negócios. Segundo o executivo, a MP 579 não acarretou prejuízos para a expansão do sistema de energia elétrica, seja em geração, transmissão ou na distribuição. Isso porque, lembra ele, para o setor que representa, existe um funding específico já consolidado e os leilões estão sendo realizados regularmente.

Contudo, ele diz que para as usinas existentes, em especial, aquelas enquadradas na medida provisória, há a expectativa da regulamentação do processo de ressarcimento dos projetos envolvidos. Mas em sua análise, "tão logo essa questão seja resolvida, os investimentos deverão ser retomados", estimou ele.

Porém, um ponto para o setor de geração que deve ser melhor estudada é a Receita Anual de Geração (RAG), com o objetivo de verificar se realmente contempla todos os custos envolvidos no processo de gestão de uma concessão. Em sua avaliação, os níveis atuais levam as empresas a desafios como as já citadas anteriormente redução de custos e que contemplam a manutenção dos padrões de qualidade exigidos pela Aneel, apesar dos PDVs, manter equipes especializadas e manter seu equilíbrio econômico-financeiro.

### **Investimentos serão retomados com a definição das regras Flávio Neita, da Abrage**

Essa preocupação vem na esteira dos balanços das empresas do setor. A mais afetada delas foi a Eletrobras, onde subsidiárias como a Chesf, por exemplo, poderiam perder cerca de 80% de sua capacidade de geração. De acordo com os mais recentes dados financeiros da companhia, a empresa registrou uma redução de 27,55% em sua receita operacional líquida no primeiro semestre do ano. A Cesp, companhia que não aceitou os termos da renovação, apresentou receita líquida operacional no acumulado de janeiro a junho deste ano 21,4% maior na comparação com o mesmo período do ano passado. No caso da Cemig onde a adesão foi parcial, houve aumento desse indicador em 6,94% no semestre. Por sua vez, a Cteep, controlada pela colombiana ISA e que aceitou renovar seus contratos de concessão equivalentes a 75% de seus ativos, a redução na receita operacional líquida foi de 58,4% nos seis primeiros meses deste ano ante 2012.

Tolmasquim analisou a questão da antecipação da renovação das concessões como uma forma das atuais concessionárias defenderem sua posição, uma vez que já era conhecido o prazo para que os ativos fossem devolvidos à União, dona dos recursos hídricos. Ele disse que essa opção era voluntária e evitaria a concorrência com demais agentes e o risco de perderem a concessão. "Tínhamos uma situação onde as concessões vinham sendo prorrogadas e toda a concessionária se apropriava de uma renda adicional entre o preço da energia e seu custo. Apesar do custo de geração hidrelétrica ser muito baixo, o de O&M, ela [a concessionária] vendia acima de R\$ 100 por MWh, quando o custo era de R\$ 25 por MWh em média", exemplificou.

### **Fluxo de caixa das empresas não fecha mais Eduardo Bernini, da Tempo Giusto**

Em sua estimativa, o presidente da EPE diz que os investimentos continuarão a ser realizados. Mesmo pelas empresas que tiveram essa redução de receita uma vez que o país dispõe de instituições de financiamento e o PPA é aceito como garantia pelos bancos. A redução da receita, inclusive, disse Tolmasquim, deverá servir de estímulo para que as companhias busquem mais projetos para a recomposição dessa receita perdida. Semanas antes, o diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel, Luiz Eduardo Sebastiani, disse o mesmo sobre a busca pela

recomposição da receita da empresa diante da prorrogação de 83,4% dos ativos no campo da transmissão da companhia que estavam enquadrados pela MP de setembro.

Provalvemente, o segmento de distribuição é um dos que menos tiveram a reclamar da atuação do governo federal nesses 12 meses. Isso porque as empresas, que já passam por revisões tarifárias mais intensas durante os ciclos periódicos, receberam uma ajuda considerada importante para manter o fluxo de caixa e até a operação das empresas com os aportes da CDE para evitar o repasse imediato do custo de geração adicional com as térmicas. Contudo, o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Nelson Fonseca Leite também cita que a indefinição das regras para a prorrogação das concessões cria incertezas até para o setor que representa.

### **Distribuidoras perderam 12% do valor de mercado Nelson Fonseca Leite, da Abradee**

O executivo é um dos que cita a perda de autossustentabilidade do setor elétrico com a edição da medida provisória. "Éramos vistos como o setor mais atrativo para o mercado de capitais e em função das novas regras as empresas perderam em média 12% de seu valor de mercado. Agora esperamos as regras finais para a prorrogação das concessões de distribuição e a nossa contribuição prevê termos que atribuem mais previsibilidade como, por exemplo, as definições sobre a política tarifária e evitar, dessa forma, surpresas no meio do caminho", explicou ele.

É a incerteza quanto as regras que ainda não foram definidas até o início de setembro, um ano depois da MP que tem atrapalhado o cenário de negócios das distribuidoras no mercado de capitais porque os investidores preferem ativos de menor risco nesse momento. Aliás, função essa que anteriormente era exercida pelo próprio setor elétrico.

No caso do setor eólico, que vem crescendo fortemente nos últimos anos, resultado das políticas de incentivo do governo federal, o impacto sobre o segmento foi classificado pela presidente-executiva da associação que representa o setor, Élbina Melo, como de menor grau sobre os investimentos. Contudo, reconheceu que a destinação de 100% das cotas da chamada energia velha levou as distribuidoras a um cenário que fez com que aguardassem para entender melhor o novo cenário. Como consequência, o leilão do ano passado foi esvaziado com baixo nível de contratação. Ao mesmo tempo, explicou a executiva, a medida trouxe incertezas ao mercado livre justamente no momento em que a entidade trabalhava para reforçar a presença da força dos ventos no ambiente livre de contratação.

Já na contramão do relativo otimismo que se viu para geradores em novos empreendimentos, o segmento que mais vem reclamando da condição da renovação das concessões é, sem dúvida, o mercado livre. Desde o lançamento das bases da MP 579 e das medidas adicionais que todos os agentes adotaram o discurso da falta de isonomia com os grandes consumidores de energia que representam cerca de 27% da demanda nacional.

O principal ponto foi a destinação de todo o volume de 'energia velha', transformado em cotas, para o mercado regulado. Adicionalmente, o rateio das térmicas, que foram acionadas em função do regime hidrológico pressionado, aumentou o discurso contrário ao que havia sido prometido pela presidenta da República, extraído na abertura desta Reportagem Especial.

### **Competitividade limitada sem as cotas Christopher Vlavianos, da Comerc**

De acordo com os agentes de comercialização ouvidos, a competitividade não foi alcançada na indústria, o principal foco dos grandes consumidores de energia no mercado livre, segundo o presidente da Comerc, Christopher Vlavianos. "O cativo não precisava disso [100% das cotas], quem precisa de custo baixo de insumos em relação a outras competidoras são as indústrias, principalmente as exportadoras e essas estão no ambiente livre que teve apenas um pedaço dessa redução com a a tarifa de transmissão e os encargos reduzidos, mas o efetivo benefício das renovações das concessões de geração não foi alocado para os consumidores livres e isso é uma falha grande", afirmou ele.

Na análise de Raimundo Batista, presidente da Enecel Energia, houve um impacto positivo, mas que foi totalmente desfigurado com os efeitos negativos da MP que tem como principal fator a falta de isonomia quando se trata dos dois ambientes de contratação e por efeitos de má operação do sistema. Como resultado prático, a redução da tarifa no mercado livre foi de 7 a 8% de um total que poderia ser de 28%. "Vieram as térmicas e comeram todo esse volume. Essas usinas mais caras iniciaram o despacho por questões operacionais e por erro de planejamento", criticou o executivo.

### **Térmicas minimizaram o efeito da MP Raimundo Batista, da Enecel Energia**

Para o diretor da Ecom Energia, Paulo Toledo esse foi um erro já que o mais justo seria destinar, pelo menos uma parcela equivalente ao consumo nacional para o mercado livre, que está em cerca de 27%. As cotas distribuídas proporcionalmente, diz, beneficiaria todas as classes de consumo. Vlavianos complementa essa impressão com o dado de que o aumento da geração térmica elevou o custo da energia em R\$ 25 por MWh para os consumidores livres.

A Resolução nº 3 do CNPE também trouxe complicações para o segmento por se tratar de uma medida, que foi classificada por Vlavianos como um exercício de futurologia, e, que por esse motivo traz uma precificação adicional à energia, já que o gerador deverá colocar um componente a mais em seu preço para evitar um encargo novo e que ainda não foi calculado. Isso, diz, para minimizar a perspectiva de perda futura que pode corroer o retorno do investimento.

Batista, da Enecel, avalia que a não adesão de Cesp, Cemig e Copel, contudo ajudou o mercado livre respirar um pouco. Se essas empresas tivessem aderido a complicação financeira seria grande, uma vez que essas geradoras teriam que procurar soluções para atender os contratos no mercado de curto prazo, cujos preços estão muito mais elevados que o registrado no ano passado. Os três executivos foram unânimes em dizer que o mercado livre está se recuperando aos poucos. Nesses 12 meses que se passaram, a posição defensiva foi a tônica

adotada por aqueles potenciais consumidores livres que ainda estavam no regulado e que preferiram esperar as mudanças regulatórias serem absorvidas e melhor compreendidas pelo setor antes de dar um novo passo no sentido de migrar do ACR para o ACL. Os processos de mudança do ambiente regulado para o livre só foi continuado nesse período por aqueles consumidores cujo processo estava mais adiantado. Para aqueles que ainda estavam no começo a paralisação foi geral.

### **Mercado livre voltará a ser mais atrativo Paulo Toledo, da Ecom Energia**

Segundo a avaliação de Paulo Toledo, com o passar do tempo as tarifas do mercado livre voltarão a ser mais atrativas justamente em função da previsibilidade de custos para o longo prazo e com o aumento natural nos preços da energia para as distribuidoras que levam em sua fórmula de cálculo o índice de inflação. "Acreditamos que no segundo semestre deste ano veremos uma melhora do ACL já que a tendência é de voltar a ser atrativo para consumidores livres e, como consequência, registrarmos o crescimento de migração", estimou.

Em meio a toda essa briga está a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Segundo o conselheiro Ricardo Lima, que já foi presidente da Abrace. Aliás, essa é outra entidade que refutou o ganho de competitividade por parte da indústria com a MP 579. Lima afirmou que os últimos 12 meses foram de desafios para a entidade que realiza a contabilização de todas as transações no mercado de energia no Brasil. Ele listou que nesse período entraram mudanças como a do sistema CliqCCEE, as cotas, sazonalização a MP 455 e suas duas fases (umadela adiada para fevereiro de 2014), Angra e as liquidações contando com as liminares concedidas na Justiça contra o rateio da conta das térmicas.

### **Ano de desafios frente a todas as mudanças Ricardo Lima, da CCEE**

"Todas as mudanças exigiram muito esforço operacional. Agora estamos nos preparando para operacionalizar a 455 e a cessão de montantes, para isso enviamos a nossa proposta de regras e discutimos isso com os agentes", apontou Lima, que destaca ainda a disputa judicial que é travada entre as diversas associações do setor contra as medidas do governo, principalmente a de dividir a conta de consumo de combustíveis das térmicas com os geradores.

A busca pela Justiça foi inevitável nesse caso e é apontado como um dos pontos negativos por todos os setores ouvidos. Na avaliação de Neiva, da Abrage, esse movimento era previsto já que é um direito de quem ou de uma organização que se julgue prejudicada. Essa judicialização do setor elétrico, disse ele, aumenta o sentimento de insegurança regulatória tanto aos investidores quanto aos agentes e essa situação pode comprometer o nível de investimentos ou aumentar as exigências de retorno esperado pelos empreendedores, confirmando assim a expectativa de Vlavianos, da Comerc.

### **Queda de braço com o governo vai continuar Élbis Melo, da ABEEólica**

A presidente-executiva da ABEEólica, disse que a verdadeira queda de braço com o governo vai continuar enquanto a medida de cobrar de todos os geradores o custo adicional da geração térmica perdurar. "A CNPE 3 afetou o mercado e o eólico não

ficou de fora. Sofremos as consequências. E no diagnóstico atual muitas das situações criadas nesse ano se ajeitaram a não ser a dessa resolução. As distribuidoras voltaram aos leilões como no de reserva no mês passado e há perspectiva do A-5 de dezembro. Temos a liminar que o governo recorreu, mas que foi restabelecida. Por enquanto continuamos sem acordo com o governo", afirmou Élbia. Essa Reportagem Especial abre uma série com mais quatro matérias, que vai mostrar os impactos da MP 579 em cada um dos segmentos do setor elétrico: geração, transmissão, distribuição e comercialização, que começa na próxima segunda-feira, 9 de setembro.